

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/2425	3225/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 54123/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Legalização de operação urbanística - #G0148#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O deferimento do pedido de legalização apresentado;

Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º 2025-E-RC-34758, de 15/12/2025, com a dispensa dos elementos ao abrigo do artigo 102º-A do RJUE, deverá o processo ser enviado para o serviço de taxas, para liquidação do alvará de legalização.

Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/2254 de 21 de Janeiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de legalização apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

Despachos

- A 21/01/2026, na qualidade de Chefe Divisão de Apreciação
Técnica: "Subscrevo"
- **Decisão** - A 21/01/2026, na qualidade de Diretor
Municipal: "Concordo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DMGT / DU / DAT [DIVISÃO DE APRECIACÃO TÉCNICA]

PROCESSO: 54123/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RC-34758 / 15/12/2025

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua das Oliveiras nº 30, lote nº1 Freguesia de Adaúfe

ASSUNTO: Legalização de operação urbanística

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-34758, de 15/12/2025, apresenta um pedido de legalização de obra de edificação e emissão de licença referente à ampliação de habitação unifamiliar e construção de anexo, a levar a efeito no prédio sito na Rua das Oliveiras nº 30, lote nº1 Freguesia de Adaúfe, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1633/20050720, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1806.
- 1.2. A operação urbanística enquadra-se na alínea d) do n.º 4 do artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:
- 2.2. Alvará de loteamento n.º 72/96.
- 2.3. Processo nº GU/1998/13923/0.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. A presente comunicação prévia de obras de edificação encontra-se devidamente instruída, de acordo com informação técnica da Divisão de Procedimentos Urbanísticos.

4. ENQUADRAMENTO

- 4.1. Cumpre as prescrições definidas na alteração n.º 1, ao Alvará de Loteamento n.º 72/1996, aprovado por despacho de 2025/02/12.

5. ANÁLISE REGULAMENTAR:

- 5.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.



- 5.2. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, n.º 2, da redação em vigor do referido diploma
- 5.3. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 5.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.
- 5.5. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.
- 6. PROPOSTA DE DECISÃO:**
- 6.1. Face ao atrás exposto propõe-se:
- 6.2. O deferimento do pedido de legalização apresentado;
- 6.3. Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º 2025-E-RC-34758, de 15/12/2025, com a dispensa dos elementos ao abrigo do artigo 102º-A do RJUE, deverá o processo ser enviado para o serviço de taxas, para liquidação do alvará de legalização.
- 6.4. Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

